

## **MESTRES, ARREMATAÇÕES E FAZERES: O OFICIALATO MECÂNICO EM MARIANA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII**

*Fabício Luiz Pereira\**

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo salientar a dinâmica social encontrada nos canteiros de obras dos centros urbanos mineiros erguidos no século XVIII. Através de registros camarários e cartoriais apresentaremos oficiais mecânicos: mestres, jornaleiros e escravos responsáveis por dezenas de obras barrocas.

**Palavras-chave:** Oficiais mecânicos; Cartas de exame; Obras públicas.

**Abstract:** This article aims to highlight the social dynamics found in construction sites in urban centers miners erected in the eighteenth century. Through records and city workers notary present officers mechanics: masters, slaves and laborers responsible for dozens of baroque pieces.

**Keywords:** Mechanical officers; Letters of examination; Public works.

\*\*\*

**D**escobertas as minas de ouro, em fins do século XVII, o sertão, ambiente selvagem e inóspito, seria rapidamente habitado. Em pouco menos de um século, o vasto interior do Brasil passaria a sediar um dos mais complexos sistemas administrativos da Coroa Portuguesa. A extração mineradora, oscilante durante o século XVIII, propiciaria um rápido processo de urbanização, iniciado já em 1711, com a criação das primeiras vilas: Vila do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, Vila Rica e Vila Real de Nossa Senhora da Conceição sob a administração do Governador Antônio de Albuquerque.

Os primeiros anos da região foram marcados por conflitos importantes para a história da região mineradora. Em 1709 eclodiu a conhecida guerra dos Emboabas, motivada por conflitos de interesses e por relações de forças entre paulistas e os “estrangeiros”. Em 1720, a Revolta de Felipe dos Santos, novamente coloca a fragmentação da autoridade e dos poderes às claras. Diante da riqueza da região e do desregramento evidente a Coroa passa a se preocupar com a administração nas Minas. A partir do governo de Gomes Freire de Andrade (1735-1763) nota-se um avanço no processo de institucionalização dos poderes municipais e régios na região; um processo marcado por um maior investimento na urbanização das vilas<sup>1</sup>.

---

\* Fabício Luiz Pereira. Mestrando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto com a pesquisa: “Ofícios necessários para a vida humana: O trabalho mecânico na Comarca de Vila Rica (1711-1800)” Bolsista Capes. Contato: [fabricioluizp@yahoo.com.br](mailto:fabricioluizp@yahoo.com.br).

<sup>1</sup>É importante destacar que o processo de urbanização das minas começa na região centro mineradora, mas com o decorrer do século outros espaços da Capitania irão sendo ocupados. Claudia Damasceno da Fonseca demonstra a importância eclesiástica na conformação do território em questão. As capelas além de institucionalizar um povoado serviam como pontos estratégicos da Coroa para assegurar aquele território. Através das Ordens Régias, aumentaram ao longo do XVIII o número de freguesias coladas, principalmente na região mineradora durante a primeira metade do século. Isso garantia a Coroa maior estabilidade do território colonizado, além disso, demarcava de maneira significativa os locais economicamente importantes. Conferir em: FONSECA, Cláudia Damasceno Fonseca. *Arraiais e Vilas D’el Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 118-124.

O centro-sul de região mineradora passaria a se tornar uma complexa sociedade marcada por uma mobilidade social pouco vista no Antigo Sistema Colonial, além de apresentar características econômicas importantes como a forte presença da agropecuária e a atuação do setor secundário, dentre os quais se distinguem os artesãos.

As construções que eram erguidas naquele espaço urbano nasciam das mãos de homens simples, jornaleiros e oficiais mecânicos licenciados pela Câmara. Alguns mestres de ofícios arrematariam grandes obras públicas, enquanto jornaleiros, negros e mulatos, ergueriam paredes de pau-a-pique em pequenas residências ou construía grandes monumentos arquitetônicos de pedra e cal, servindo aos seus senhores ou contratantes.

As atividades de ferreiro, latoeiro, carpinteiro, carapina, marceneiro, pedreiro, oleiro, arrieiro, cangalheiro, tecelão, ceramista, telheiro, sapateiro, alfaiate, dentre outros, são delineadas como ofícios mecânicos rústicos. Por definição, tais ofícios se diferenciam dos artífices ocupados com os trabalhos de imaginária, entalhe, escultura e pintura.

O conceito de artista e artífice (ou artesão) pode se confundir para o período. Segundo Caio César Boschi, os limites que separavam as práticas do mundo do trabalho não se delineavam com clareza (BOSCHI, 1988). De maneira geral, o termo oficial mecânico designava-se ao profissional possuidor de destreza ou maestria na prática de determinado ofício. Contudo, esse domínio prático não se constituía desassociado das clivagens próprias do campo social. Na Colônia, de acordo com Fabiano Gomes da Silva, a principal particularidade do oficial era a liberdade para vender o seu produto ou mesmo a sua própria força de trabalho (SILVA, 2007).

As particularidades atinentes à condição colonial não cessão diante da escravidão e do regime diferenciado de trabalho. Na América portuguesa, os oficiais mecânicos não estavam submetidos a instituições como as corporações de ofício, ao contrário do que normalmente ocorria na metrópole. Outrossim, na Colônia, o oficial mecânico dependia de um mercado consumidor limitado, no qual se distinguia a Câmara e as irmandades.

Com o afluxo populacional para as minas, criou-se um universo móbil e viável às trocas culturais, as mudanças de modelos motivadas pela influência africana e pelos materiais da região favoreceram outras concepções de arte e visão de mundo. Vale lembrar que Manoel da Costa Ataíde, famoso pintor mineiro, ensinava a arte da pintura a seus escravos e contava com a ajuda deles em suas empreitadas.

O objetivo central desse artigo é compreender as diferentes relações estabelecidas nos canteiros de obras desenvolvidos nos centros urbanos mineiros, na segunda metade do século XVIII. Tais centros foram construídos por oficiais mecânicos que não só foram responsáveis pelas obras arquitetônicas e urbanísticas da cidade, como também pela estrutura social das Minas. Acreditamos que, por meio da análise da composição do grupo de artífices, seja possível conseguir descortinar aspectos importantes das estruturas sociais vigentes.

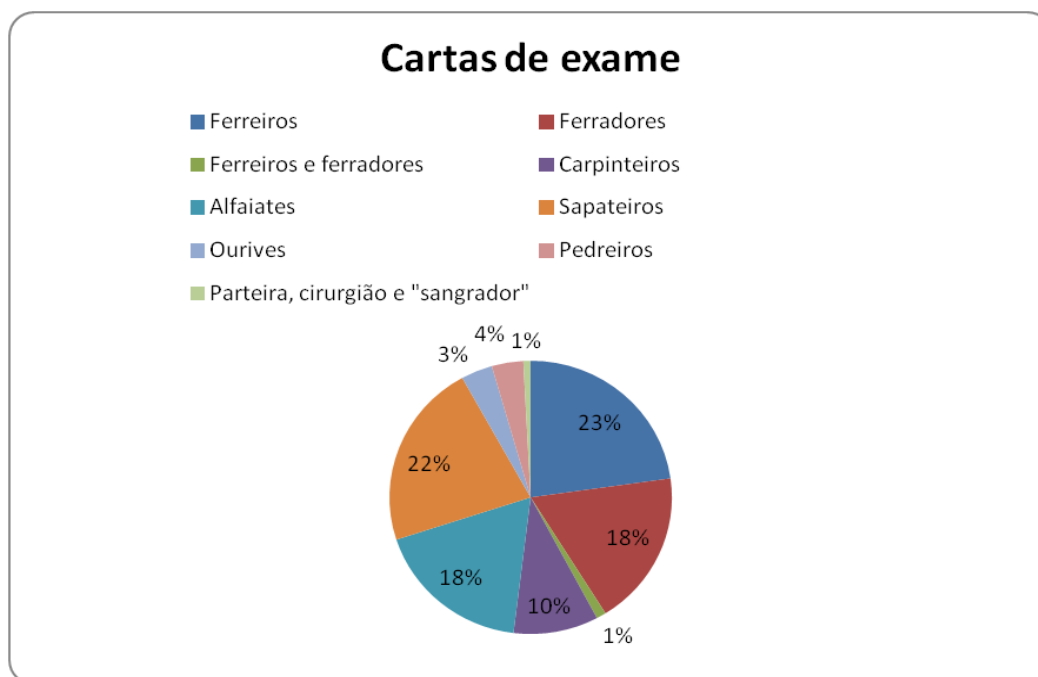
## **A regulamentação da Câmara**

A câmara exerceria um controle e fiscalização das atividades mecânicas em Minas Gerais, não apenas por ter sido responsável por um número significativo de contratação de

obras públicas, mas também pela concessão de licenças e cartas de exame. A ordenação da execução das obras era estabelecida por meio do próprio contrato firmado no momento da contratação e licitação da obra. Para além desses instrumentos ordenadores, a câmara estabelecia posturas, os regimentos e a regulamentação dos preços.

As cartas de exame, conforme salientado, foram um importante instrumento para a regulamentação utilizado por parte da Câmara. Entre 1737 e 1806<sup>2</sup>, a instituição de poder local concedeu 360 cartas de exames em Mariana, segundo a distribuição apresentada no gráfico abaixo:

**GRÁFICO 1:** Cartas de exames retiradas em Mariana entre 1737 – 1806



**Fonte:** Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana – Códices: 146, 218, 381.

Nota-se que os oficiais ferreiros foram os que mais procuraram a Câmara para tirar as cartas de exame, junto com eles estão os sapateiros, alfaiates e ferradores. Importante salientar que, dentre os oficiais arrolados, quatro foram examinados para exercer o ofício de ferreiro e ferrador em concomitância. Os oficiais de carpintaria e de pedreiro aparecem em pequeno número, sendo 35 o primeiro grupo e 13 o segundo. Três canteiros figuram na listagem, mas também tiraram suas cartas de exame juntamente com a de pedreiro.

Podemos destacar alguns problemas quanto ao número de oficiais que obtiveram carta de exame pela Câmara de Mariana. Em primeiro lugar, o baixo número de oficiais que de fato prestavam tal exame<sup>3</sup>. De acordo Fabiano Gomes da Silva, no caso de pedreiros, canteiros e carpinteiros, verificou-se que em Vila Rica apenas um grupo reduzido de arrematantes monopolizou as construções públicas, o que fez com que a grande maioria dos oficiais

<sup>2</sup>Agradeço a pesquisadora Crislayne Gloss pela doação do levantamento das cartas de exame da Câmara realizados pela mesma.

<sup>3</sup> Quando comparado com o grande número de oficiais arrolados no Dicionário de Judith Martins. MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: MEC/IPHAN, 1974. Volume I e II.

trabalhasse como jornaleiros. O mesmo ocorreu em Mariana, conforme aponta os dados da pesquisa de Danielle de Fátima Eugênio<sup>4</sup>.

Mesmo sabendo que as cartas de exame são um conjunto de fonte que não abarca a totalidade dos oficiais que se dedicavam as artes mecânicas na colônia podemos inferir outras questões relativas aos que obtiveram tal recurso. Por que a grande maioria das cartas foi para pessoas que se dedicavam a ofícios que tinham como matéria-prima o ferro (148 cartas) ou se dedicavam às vestimentas (144)? O que explicaria um número tão pequeno de cartas para cirurgião, parteira e sangrador? Respectivamente uma para cada. Já que parcela pequena de artífices retirava licença na Câmara, como que o poder local conseguia regulamentar o ofício na prática cotidiana?

Provavelmente os ferreiros, os alfaiates e os sapateiros precisavam de tirar as cartas de exame por conta do mercado consumidor. Estes oficiais praticavam o labor de seus ofícios em lojas abertas, embora os canteiros, pedreiros e carpinteiros também possuíssem suas fábricas, estes executavam suas obras em diferentes locais e dependiam de um maior número de homens sob seus comandos para as construções civis. Já os boticários e cirurgiões tiveram pouca aparição possivelmente por se reconhecerem como *ordo medius*<sup>5</sup>.

Nota-se a importância das cartas de exame para o controle fiscal da Câmara, além de atestar o exercício profissional e a responsabilidade do trabalhador,

[...] configura-se uma verdadeira carta de fiança ou de aval que incorpora responsabilidades, ainda, aos examinadores, o juiz do ofício e o escrivão do mesmo, posto que, no ato público da certificação, seus papéis de defensores públicos “por eleição” são plenamente caracterizados (MENESES, 2003, p. 212).

Para a arrematação de obras de grande porte, era necessária a obtenção de carta de exame aos artífices que tentavam firmar o contrato para a execução da obra. Os mestres de obra conseguiam seus contratos através dos leilões em praça pública, tanto para obras financiadas pelo Senado da Câmara quanto para aquelas de cunho religioso, como a construção de templos. No caso das obras camarárias, “conforme lei e o estilo, um funcionário da câmara, o porteiro, lia em voz alta e inteligível na praça o edital da construção durante vários dias, estimulando os lançadores (arrematantes) a oferecerem o menor lance (oferta)” (SILVA, 2007, 98). O ritual só terminava com a eleição do arrematante com o menor preço, que recebia em suas mãos um ramo verde “como sinal público de sua obrigação com a obra” (idem).

Durante o século XVIII, muitas obras foram arrematadas, fazendo com que os mestres se envolvessem com mais de uma obra ao mesmo tempo. Para tal era fundamental o trabalho

<sup>4</sup>A pesquisa monográfica de Danielle Eugênio indica para a segunda metade sete oficiais mecânicos que arremataram o maior número de obras públicas em Mariana: EUGÊNIO, EUGÊNIO, Danielle de Fátima. *Arrematantes de Obras Públicas: oficialato mecânico na Cidade de Mariana. (1745-1800)*. Mariana: Instituto de Ciências Humanas e Sociais – UFOP. 2010. (Monografia de conclusão de curso).

<sup>5</sup> A *Ordo Medius* estaria entre os mecânicos e nobres. Estes não seriam nobres por não terem a nobreza política, civil ou hereditária, mas também não poderiam ser vistos rigorosamente como mecânicos e buscavam se diferenciar, seja pelo trato da pessoa ou andando a cavalo. Conferir verbete “estado do meio” em: BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino*, 10 v. Lisboa/ Coimbra: Colégio da Cia. de Jesus, 1712-1728. Disponível em: [www.ieb.usp.br](http://www.ieb.usp.br). Acesso: 01/05/2011, p. 302-303.

dos jornaleiros e escravos. No próximo capítulo vamos nos ater ao labor e a condição social de arrematantes, jornaleiros e escravos naquela sociedade.

### **Mestres, arrematações e fortunas**

No dia 08 de novembro de 1759, os Irmãos da Ordem Terceira do Carmo da cidade Mariana reuniram-se para assinarem a documentação para a execução da obra da sua capela. Na antiga Capela de São Gonçalo, eles pediam o consentimento para que se erigisse a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo<sup>6</sup>. Dentre os nomes que assinaram o documento para que fosse erguida a capela aparece Sebastião Martins da Costa. Mestre carpinteiro, natural da freguesia de São Pedro do Tomar, arcebispado do Braga, Sebastião estaria ligado às principais obras de carpintaria de sua época, conforme elucidaremos posteriormente.

Examinador do ofício de carpinteiro em 1747, o mestre carpinteiro fora responsável pela arrematação da obra de carpintaria da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Mariana. A pesquisadora Fernanda Pinheiro, ao estudar a construção da Capela do Rosário constatou que o mestre arrematou a obra em 1757, garantindo que seu trabalho ficaria pronto em quatro anos (Cf. PINHEIRO, 2006). No entanto, o carpinteiro teve uma querela com o mestre pedreiro da obra e não conseguiu terminar a mesma. As obras, que se prolongaram até 1764 e foram repassadas para Martinho Gonçalves Pereira e Cosme Fernandes Guimarães, este último examinador do ofício de carpinteiro nos anos de 1757 e 1778. Após a sua morte, os Irmãos do Rosário ordenaram o prosseguimento dos trabalhos de construção de madeira e, além das madeiras lavradas de braúna entregues pela viúva, solicitaram a reposição da quantia paga ao falecido para a dita obra.<sup>7</sup>

Irmão professo da Ordem Terceira do Carmo de Mariana, o mestre carpinteiro morreu, em 1769, deixando três herdeiros e uma fortuna relativamente boa para o período. Dentre os bens arrolados destacam-se um considerável arsenal de ferramentas de carpinteiro, catorze escravos, dentre eles um mulato serrador por nome Manoel, de idade 28 anos, avaliado em 200\$000 réis.<sup>8</sup> Entre os seus bens de raiz o falecido deixou uma casa com sua fábrica próxima à Igreja do Rosário no valor de 800\$000 réis e uma roça com terras e águas minerais, com suas casas - situada na freguesia de Guarapiranga e avaliada em 600\$000 réis - e matas, de onde o carpinteiro também retirava madeiras, como o cedro.

Em seu inventário ressaltam-se alguns aspectos que mostram a importância do mestre carpinteiro no espaço das construções urbanas da Cidade de Mariana. Um deles consiste no prestígio de ser irmão da Ordem Terceira do Carmo. O outro seria a posse de uma fábrica para o seu ofício, demonstrando que se tratava de um oficial examinado e licenciado para as arrematações propostas pela Câmara, conforme lei e estilo da época.

---

<sup>6</sup> Arquivo da Cúria de Mariana. Prateleira Q. N° 32. Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo (1758-1873). Folha 02.

<sup>7</sup> Ver ação cível contra Josefa Dias de Jesus, esposa de Sebastião Martins da Costa: AHCSM Códice: 573 Auto 21341 II ofício.

<sup>8</sup> AHCSM. Cód. 89 Auto 1923 II ofício, 1769.

Em um contexto de economia diversificada, os grandes arrematantes de obras públicas de Mariana também ampliavam suas paletas de atividades. Conforme ilustrado por Danielle Eugênio, Sebastião Martins da Costa juntamente com João de Caldas Bacelar eram possuidores de sesmarias e/ou terras minerais. Contavam ainda com um significativo plantel de escravos, que perfazia catorze cativos para o primeiro caso e 30 para o segundo (EUGENIO, 2010, p. 40).

O plantel de escravos favorecia também o número de arrematações das obras administradas pelo Senado da Câmara, conforme constatou os trabalhos de Danielle Eugênio e Fabiano Gomes da Silva, pois os cativos figuravam como um aumento de mão de obra, na qual o proprietário também estava envolvido<sup>9</sup>. Neste sentido, vale citar que Sebastião Martins da Costa arrematou seis obras pela Câmara, sendo elas: o conserto da obra da Cadeia (1746),<sup>10</sup> o conserto da Ponte da Cachoeira na estrada que vai para São Sebastião (1747),<sup>11</sup> arrematação da Ponte Grande no ribeirão (1749),<sup>12</sup> arrematação do “massame”[sic] de umas casas velhas que serviam de quartéis (1750),<sup>13</sup> a ponte de São Sebastião junto a Capela de Santa Tereza (1751)<sup>14</sup> e por fim, o conserto da Pinguela do Mata-Cavalos (1753).<sup>15</sup>

Era grande o raio de ação dos arrematantes e mestres de ofício com condições de executar grandes obras. Sebastião Martins da Costa, por exemplo, não executou seus contratos somente em Mariana, aparecendo nas atas da Câmara de Vila Rica, como arrematante de obras. Além disso, Costa seria eleito escrivão do ofício de carpintaria, demonstrando assim o reconhecimento de sua habilidade técnica e o estreitamento de suas relações profissionais com a Câmara.<sup>16</sup>

Outro irmão da Ordem Terceira de São Francisco de Assis que ganharia destaque na região por suas arrematações de obras foi o Alferes José Pereira Arouca. Responsável pela arrematação de dezenas de obras na Comarca de Vila Rica, José Pereira Arouca faleceu em 1795 com uma fortuna considerável. Natural da Vila de Arouca, Comarca do Porto, o mestre canteiro, pedreiro e carpinteiro; solteiro e sem filhos deixou sua alma como herdeira universal de seus bens, desejo não atendido pelas autoridades da época que decidiram por anular seu testamento<sup>17</sup>.

Pedia para ser sepultado com o hábito da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, da qual era “irmão indigno”. Como deixara registrado em seu testamento, prometia esmolas aos irmãos das irmandades do Santana, arquiconfraria de São Francisco, Nossa Senhora das Mercês, do Rosário e de São Gonçalo que acompanhassem seu sepultamento. Além deles deixava 200 oitavas de ouro como esmola para os pobres brancos que também estivesse no momento de seu enterro.

---

<sup>9</sup> Cf.: SILVA, *op. cit.*, p. 91.

<sup>10</sup> AHCMM. Códice 122. Folhas: 65v-67, 1746.

<sup>11</sup> AHCMM. Códice 122. Folhas 93-94, 1747.

<sup>12</sup> AHCMM. Códice 135. Folhas 43v-48, 1749.

<sup>13</sup> AHCMM. Códice 135. Folhas 97v-99, 1750.

<sup>14</sup> AHCMM. Códice 135. Folhas 113-115, 1751.

<sup>15</sup> AHCMM. Códice 135. Folhas 180v-181, 1753.

<sup>16</sup> CMOP - Livro 41 – 1737-1745. Salomão de Vasconcelos não ressalta quais foram as obras arrematadas pelos oficiais arrolados. Cf. VASCONCELOS, Salomão. Oficiais mecânicos em Vila Rica durante o século XVIII. *Revista do SPHAN*, Rio de Janeiro, n.4, 1940, p. 346-349.

<sup>17</sup> AHCSM - Livro de Registro de Testamento 42 – 1º ofício – 1794-1796.

Dentre os bens que possuía, Arouca dizia em seu testamento que tinha várias moradas de casas e dívidas a receber. Era dono também de terras minerais no Morro de Santana em sociedade com Lizardo Coelho Martins e Manoel Jorge de Carvalho. A diversificação econômica é característica importante naquele universo social. Além das obras arrematadas e das terras minerais, Arouca também se dedicava as ordens militares, enquanto alferes.

O arrematante declarou em seu testamento que possuía mais de 50 escravos e que deixava quartados quatro deles: Joaquim Mina, Bernardo Mina, Thomas Mina e Sebastião Mina, com a condição de depois de seu falecimento finalizassem as obras arrematadas por seu senhor, conforme as condições expostas abaixo:

Depois do meu falecimento quatro anos de serviços que hão de trabalhar nas obras em que hão de ser acabadas. E sendo os ditos quatro anos a lei para forras aos quais meu testamenteiro lhes passará suas cartas de liberdade no caso de lhes pedirem e lhes deixo a cada um deles sendo os quatro anos de serviço depois de meu falecimento cinquenta mil réis de esmola cada um para seu principio, e caso no tempo do meu falecimento eu tenha concluído as obras de pedreiro que tenho arrematado como tão bem as de carapina, neste caso meu testamenteiro lhes passará suas cartas de alforria, e não lhes dará a esmola acima declarada enquanto meu testamenteiro não lhes passar suas cartas de alforria os tratará com o necessário.<sup>18</sup>

De seus “cinquenta” escravos apenas treze foram arrolados em seu inventário, conforme disposto no quadro abaixo. Outros onze não se apresentaram para serem avaliados por estarem no mato tirando madeiras com vários carros de bois<sup>19</sup>.

**QUADRO 1:** Escravos arrolados no inventário de José Pereira Arouca

| Nome e origem          | Idade   | Especialização | Valor              |
|------------------------|---------|----------------|--------------------|
| João Caetano Crioulo   | 33 anos | Carpinteiro    | 160\$000           |
| João Angola            | 44 anos | Carpinteiro    | 150\$000           |
| Matheus [Cabunda]      | 45 anos | Pedreiro       | 140\$000           |
| Antonio Carioca        | 65 anos | Pedreiro       | 70\$000            |
| Antonio Grande Angola  | 50 anos | Serrador       | 160\$000           |
| Domingos Angola        | 58 anos | Serrador       | 80\$000            |
| Miguel Angola Candimba | 45 anos | Ferreiro       | 200\$000           |
| Joaquim Angola         | 42 anos | “cabouqueiro”  | 130\$000           |
| Andre Angola           | 40 anos | “cabouqueiro”  | 150\$000           |
| Pedro Angola           | 60 anos | “capineiro”    | 30\$000            |
| Caetano Angola         | 35 anos | Sem ofício     | 140\$000           |
| Lourenço Angola        | 55 anos | Sem ofício     | 80\$000            |
| Antonia Mulata         | 55 anos | Sem ofício     | 50\$000            |
| <b>Valor total:</b>    |         |                | <b>1: 540\$000</b> |

**Fonte:** Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Inventários Avulsos – 1º ofício, caixa 1, código 6.

<sup>18</sup> Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana- Livro de Registro de Testamento 42 – 1º ofício – 1794-1796.

<sup>19</sup> Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Inventários Avulsos – 1º ofício, caixa 1, código 6.

No quadro acima se verifica que a especialização era valorizada na avaliação do escravo. Tal fato fica evidente na comparação de Caetano Angola, de 35 anos, avaliado em 140\$000 réis, e de Mateus Cabunda, pedreiro, 10 anos mais velho que Caetano, mas avaliado no mesmo valor. Como já dito o escravo era um recurso a mais que o artífice possuía para completar a força de trabalho necessárias nas obras a serem executadas. Além disso, se é certo que Arouca possuía 50 escravos, o artífice figurava como um homem abastado em Mariana, pois os estudos de Carla Almeida indicam que entre as maiores fortunas detectadas na Capitania predominavam proprietários que possuíam mais de 30 escravos (CF. ALMEIDA, 2001).

A oficina de Arouca era composta por dezenas de ferramentas, como martelos, alavancas, compassos, colher de reboco, serrotes e serras de mãos. Além de várias tábuas largas e estreitas, janelas e portas por fazer, roda de tornear, escadas, bancos de madeira e pregos, o que favorecia a arrematação de várias obras ao mesmo tempo, além de possibilitar um maior número de envolvidos nos canteiros de obra sob sua coordenação.

Irmãos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana, Sebastião Martins da Costa e José Pereira Arouca foram importantes arrematantes de obras públicas. Estiveram à frente de dezenas de obras e fizeram uma fortuna considerada através do oficialato mecânico. Mas isso só foi possível graças às redes de sociabilidade assunto que trataremos a seguir.

### **Redes de sociabilidade e de fazeres**

Os canteiros de obras fomentavam sociabilidades e permitiam as trocas de saberes e técnicas de diferentes oficiais mecânicos, jornaleiros e escravos. José Pereira Arouca, por exemplo, em uma de suas arrematações, a da casa Capitular de Mariana, firmou sociedade com o também mestre pedreiro João de Caldas Bacelar e contou com a participação do oficial de carpintaria Romão de Abreu para os ajustes das portas e janelas do prédio.

Romão de Abreu era dono de uma oficina bem menor que a de Arouca, composta apenas por três serras de mão, um machado, um serrote, uma enxó, quatro goivas e dois formões. Possuía somente dois escravos sem especialização definida, a julgar pelo seu inventário. O artífice, irmão da Arquiconfraria dos homens pardos, oficial mecânico examinado pela Câmara, em 1778<sup>20</sup>, conseguiu durante sua vida arrematar várias obras na Comarca de Vila Rica. Dentre elas, podemos destacar: o telhado e o madeiramento da capela mor da Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Mariana, a feitura da torre dos sinos, além das portas e janelas da Capela de Nossa Senhora das Mercês.

Em seu testamento redigido em 26 de novembro de 1798, Romão faz menção a alguns arrematantes importantes de Mariana no século XVIII, além da obra feita para José Pereira Arouca, o carpinteiro reclamava de outras dívidas a serem recebidas. No quadro abaixo podemos verificar as dívidas que Romão de Abreu reclamava em seu testamento:

---

<sup>20</sup> AHCMM - Códice: 218 – folhas: 65-66, 1778.



**QUADRO 2:** Dívidas presentes no testamento de Romão de Abreu

| Item                            | Ativa/Passiva | Credor/Devedor                         | Valor               | Observação   |
|---------------------------------|---------------|--|---------------------|--|
| Obra da cadeia                  | Ativa         | Alferes José Pereira Arouca            | 900\$000            | N/C  |
| Obras da casa capitular         | Passiva       | João de Caldas Barcelar                | 300\$000            | Tenho recebido algumas parcelas das quais passei recibos, e por omissão do arrematante apodreceram muitas caibras, e muita parte dos barrotes. |
| Obras da casa capitular         | Passiva       | N/C                                    | 115 oitavas de ouro | Ajustes das portas e janelas em separado; como também um quarto forrado e assoalhado e o salão grande se acha em parte assoalhado.             |
| Ajuste da obra e uma porta lisa | Passiva       | Ordem 3ª do Carmo de Vila Rica         | N/C                 | “declaro que levei para a obra do Carmo de Vila Rica madeira de duas janelas rasgadas, as quais se pagarão”                                    |
| Jornais para particulares       | Passiva       | José Rodrigues Anginho                 | N/C                 | Diversas obras feitas a mando do devedor e nunca recebeu um vintém.  |
| Contas                          | N/C           | Ordem 3ª do Carmo (Mariana)            | N/C                 | N/C  |
|                                 | Ativa         | Ordem 3ª de São Francisco (mariana)    | Duas oitavas        | Faltam duas [cardencias]   |
| Obras particulares              | N/C           | Boticário Paulo Rodrigues Ferreira     | N/C                 | Também deve obra das casas da lavra de Ant. Pereira, que foram feitas junto com oficiais.  |
| Contas                          | N/C           | Antônio Gonçalves da Mota              | N/C                 | N/C  |
| Contas                          | N/C           | Capitão Domingos Fernandes de Carvalho | N/C                 | N/C  |
| Credito                         | Ativa         | Manoel Alves dos Santos                | N/C                 | “e o dito me deve vários jornais e alguma madeira e pregos.”   |

Fonte: AHCSM: Códice 138 Auto 2799 II officio, 1799.

N/C – Não consta.

Verifica-se no quadro acima uma rede de possíveis sociedades que demonstram uma característica importante de oficiais como Romão de Abreu. As relações com outros oficiais possibilitavam um maior campo de atuação para seus serviços. Romão além das obras nas igrejas e na cadeia cobrava por pequenas atuações em casas de particulares, algumas delas a mando de José Rodrigues Anginho. Este último, nos anos de 1756-1757, foi arrematante de

obras públicas pela Câmara de Mariana, dentre elas a feitura das pontes do Córrego do Rocha e nos caminhos do distrito de São Sebastião, que totalizavam 298\$000 réis<sup>21</sup>.

Outro artífice que trabalhava com Romão de Abreu era Manoel Teixeira Romão que estava envolvido em dois processos ligados aos percalços típicos dos trabalhos mecânicos. Tratava-se de uma dívida com um pedreiro<sup>22</sup> e de cobrança de Francisco Tinoco da Silva por umas tábuas da obra na Arquiconfraria dos pardos<sup>23</sup>.

Romão de Abreu conseguira durante sua vida arrematar muitas obras na Comarca de Vila Rica. Certamente o oficial só conseguia manter todos esses trabalhos porque contava com uma equipe de jornaleiros e escravos a sua disposição. Isto se evidencia pela obra da lavra de Antônio Pereira, feita para o boticário Paulo Rodrigues Ferreira executada com o auxílio de seus aprendizes.

O ofício mecânico garantiu a Arouca um certo reconhecimento perante a sociedade das Minas Gerais, permitindo que ele figurasse como um dos principais arrematantes de obras públicas do período. Arouca, irmão da Ordem Terceira do Carmo, ocupou os cargos de: juiz de ofício de pedreiro e carpinteiro, nos anos de 1762, 1772 e 1774; tesoureiro da Câmara, em 1780; e arrendatário das aferições e meias patacas, nos anos de 1787 e 1788 (TEDESCHI, 2011, PP. 98- 108).

Em contrapartida, o ofício mecânico rendeu pouca fortuna a Romão de Abreu, mas garantiu o sustento de sua família e provavelmente o reconhecimento perante aos outros homens pardos da cidade. No entanto, o que pretendemos demonstrar aqui é que as redes de sociabilidade foram fundamentais para a elevação dos principais prédios civis e eclesiásticos, não só de Mariana, mas certamente de todas as vilas mineiras. As relações apresentadas demonstram uma interdependência entre os artífices. Enquanto Romão de Abreu garantia seu ofício através da arrematação de Arouca, este provavelmente só conseguia manter o grande número de arrematações justamente por contar com o labor de homens como Romão de Abreu.

## **Considerações finais**

Na tentativa de elencarmos problemáticas acerca dos artesãos mineiros apresentamos o pequeno índice de cartas de exame concedidas pela Câmara, quando comparados ao grande número de artífices arrolados no Dicionário de Judith Martins; e assim compreendemos a figura do arrematador de obras e a importância do trabalho de ajudantes, jornaleiros e escravos.

As principais fontes apresentadas foram os inventários e testamentos, os quais nos permitiram conhecer mais sobre as relações sociais que estes artífices estavam sujeitos. Por fim, todos os aspectos levantados durante o texto tentaram identificar a importância do oficial mecânico dentro da sociedade colonial. Estudá-los é uma oportunidade de se compreender o

<sup>21</sup> AHCMM. Códice 220. Folha 10, v-11, 1756. AHCMM. Códice 220. Folhas 27v-28v, 1757.

<sup>22</sup> AHCSM. Códice 595. Auto 22552, 1763.

<sup>23</sup> AHCSM. Códice 587. Auto 22151, 1761.

mundo do trabalho urbano nas Minas Gerais Setecentista, explicitando as possibilidades de composição e mobilidade social, bem como o ambiente técnico do período.

## **Referências**

### **Abreviações**

AHCSM – Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana.

AHCMM – Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana.

### **Documentação primária**

Arquivo da Cúria de Mariana. Prateleira Q. Nº 32. Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo (1758-1873). Folha 02.

AHCSM - Códice: 573 Auto 21341 II ofício.

AHCSM - Códice. 89 Auto 1923 II ofício.

AHCSM: Códice 138 Auto 2799 II ofício.

AHCSM. Códice 595. Auto 22151.

AHCSM. Códice 595. Auto 22552 II ofício.

AHCSM. Códice 587. Auto 22151 II ofício.

AHCSM - Livro de Registro de Testamento 42 – 1º ofício.

AHCSM - Inventários Avulsos – 1º ofício, caixa 1, código 6.

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana – Códices: 122, 135,146, 218, 381.

### **Obras de apoio**

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Homens ricos, homens bons:** produção e hierarquização social em Minas Colonial: 1750 – 1822. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2001.

BOSHI, Caio César. **O Barroco Mineiro:** artes e trabalho. São Paulo Brasiliense, 1988.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino*, 10 v. Lisboa/ Coimbra: Colégio da Cia. de Jesus, 1712-1728. Disponível em: <[www.ieb.usp.br](http://www.ieb.usp.br)>. Acesso: 01/05/2011.

EUGÊNIO, Danielle de Fátima. **Arrematantes de Obras Públicas**: oficialato mecânico na Cidade de Mariana. (1745-1800). Mariana: Instituto de Ciências Humanas e Sociais – UFOP. 2010. (Monografia de conclusão de curso).

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e Vilas D’el Rei**: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG; 2011.

MARTINS, Judith. **Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: MEC/IPHAN, 1974. Volume I e II.

MENESES, José Newton Coelho. **Artes Fabris e Serviços Banais**: ofícios mecânicos e as Câmaras no final do Antigo Regime. Minas Gerais e Lisboa (1750-1808). Niterói (RJ): Tese (Doutorado em História) – UFF, 2003.

PINHEIRO, Fernanda Aparecida Domingos. **Confrades do Rosário**: sociabilidade e identidade étnica em Mariana. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. Departamento de História, 2006. (Dissertação de mestrado).

SILVA, Fabiano Gomes da. **Pedra e cal**: Os construtores em Vila Rica no século XVIII (1730-1800). Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

TEDESCHI, Denise. **Águas urbanas**: as formas de apropriação das águas em Mariana/MG (1745-1798). Campinas, SP, 2011. (Dissertação de mestrado).

VASCONCELOS, Salomão. Oficiais mecânicos em Vila Rica durante o século XVIII. **Revista do SPHAN**, Rio de Janeiro, n. 4, 1940.